Certificação de Sistema de Gestão Relatório de Auditoria

Organização:	MUNICÍPIO DE VILA FLOR		
Morada:	PAÇOS do CONCELHO Avenida Marechal Carmona 5360-303 Vila Flor		
Representante:	Sr. Vice-Presidente da Câmara: Eng.º Fernando Barros		
Locais Auditados:	PAÇOS do CONCELHO Avenida Marechal Carmona 5360-303 Vila Flor Armazém Municipal (economato) - Rua Dr Francisco Guerra S/N		
Norma(s):	NP EN ISO 9001:2008	Acreditação:	IPAC
Código EA:	36	Código NACE:	84.11
Nr. do Processo:	J12.0522.9110.111	Nr. da Auditoria:	2
Data(s) da Auditoria:	2013/04/03/04/05	Tipo de Auditoria:	Auditoria 2ª Fase de Concessão - Qualidade
Auditor Coordenador:	Manuel Correia	Auditor(es):	-----
Data do Relatório:	2013/04/05	Perito(s):	-----
Este relatório é confidencial. Distribuição: Representante da Organização (original), SGS ICS, e Equipa Auditora.			

1. Objectivos da Auditoria

Confirmar que o sistema de gestão:

- Cumpre todos os requisitos da norma de referência, e requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
- Está efectivamente implementado e mantido; e
- É eficaz, conduzindo ao cumprimento dos objectivos e à realização da política da Organização.

2. Âmbito da Auditoria

- Prestação de Serviços: Licenças Administrativas

Locais Cobertos pelo Âmbito:

PAÇOS do CONCELHO
Avenida Marechal Carmona
5360-303 Vila Flor

Armazém Municipal (economato) - Rua Dr Francisco Guerra S/N

Representante:

Auditor Coordenador:

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição.

Informa-se qualquer portador deste documento que a informação nele contida reflecte apenas as constatações da Companhia na altura da sua intervenção e dentro dos limites das instruções do Cliente, se existentes. A Companhia apenas é responsável perante o seu Cliente e este documento não exonera as partes envolvidas numa transacção de exercerem todos os seus direitos e obrigações à luz da documentação dessa transacção. Qualquer alteração não autorizada, adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as acções legais previstas.

SGS ICS, Serviços Internacionais
de Certificação, Lda.

Pólo Tecnológico de Lisboa, Lote 6, pisos 0 e 1, 1600-546 Lisboa, t(+351) 217 104 200, f(+351) 707 200 329
Rua Veloso Salgado, 583/587, 4450-801 Leça da Palmeira, t(+351) 229 994 500, f(+351) 707 200 329
Capital Social 5.000 Euros - Reg. Com. de Lisboa e Contribuinte nº 504 254 960 - Mail: pt.info@sgs.com - Web: www.pt.sgs.com - Linha SGS: 707 200 747

Actividades Fora do Âmbito:

A Organização ainda tem várias divisões/sectores que não se encontram abrangidos pelo sistema de gestão a qualidade e âmbito da certificação nomeadamente a divisão de Obras, Habitação, Urbanismo e Ambiente, Serviços de Ação Social, Cultura, Educação, Turismo e Desporto e Saúde e Salubridade Pecuária e Serviço Municipal de Proteção Civil.

NOTA: A Organização no início da auditoria entregou uma nova versão (versão 4) do MGQ onde considerou como exclusões aplicáveis os requisitos 7.3/7.5.2/7.6.

Número actual, aproximado, de Pessoas que concorrem para as actividades em avaliação:	16
Número de Turnos	1

Representante:

Auditor Coordenador:

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição. Informa-se qualquer portador deste documento que a informação nele contida reflecte apenas as constatações da Companhia na altura da sua intervenção e dentro dos limites das instruções do Cliente, se existentes. A Companhia apenas é responsável perante o seu Cliente e este documento não exonera as partes envolvidas numa transacção de exercerem todos os seus direitos e obrigações à luz da documentação dessa transacção. Qualquer alteração não autorizada, adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as acções legais previstas.

3. Conclusões da Auditoria

O sistema de gestão: está, globalmente, concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da norma de referência; e demonstra aptidão para, de uma forma consistente, cumprir os requisitos aplicáveis, e atingir os objectivos e realizar a política da Organização.	☒ Sim	☐ Não
A Equipa Auditora poderá recomendar à Direcção da SGS ICS a Decisão de Certificação quando se encontrarem fechados os PAC Maiores.	☒ N/A	☐ Sim
A Equipa Auditora poderá recomendar à Direcção da SGS ICS a Decisão de Certificação quando se encontrarem analisadas e aceites as propostas de Acção Correctiva para os PAC menores.	☐ N/A	☒ Sim
A Equipa Auditora, não tendo sido formulados PAC, irá recomendar à Direcção da SGS ICS a Decisão de Certificação.	☐ Sim	☒ N/A
Pedidos de Acção Correctiva (PAC) abertos:	0	8
	Maiores	Menores

4. Resultados de Auditorias Anteriores

A Equipa Auditora reviu os resultados da auditoria anterior, incluindo os Pedidos de Acção Correctiva (PAC) abertos e as Observações (OBS) formuladas.			
Todos os Pedidos de Acção Correctiva (PAC) / Constatações abertos na auditoria anterior foram corrigidos, e as correspondentes acções correctivas continuam a ser eficazes.	☐ Sim	☐ Não	☒ N/A
Todas as Observações (OBS) formuladas na auditoria anterior foram adequadamente tratadas.	☐ Sim	☐ Não	☒ N/A

5. Constatações da Auditoria

A documentação do sistema de gestão cumpre os requisitos da norma de referência, e é adequada para suportar a implementação e manutenção do sistema de gestão.	☒ Sim	☐ Não	
A Organização estabeleceu política, objectivos e indicadores de desempenho adequados; e monitoriza a sua evolução por forma a cumprir a políticas e os objectivos estabelecidos.	☒ Sim	☐ Não	
O sistema de gestão demonstrou a conformidade com os requisitos da norma de referência, e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.	☒ Sim	☐ Não	
O programa de auditorias internas está implementado, e demonstra a sua eficácia como ferramenta para a manutenção e melhoria do sistema de gestão e da sua eficácia.	☒ Sim	☐ Não	
O processo de revisão do sistema de gestão pela Gestão de Topo assegura que este se mantém adequado e eficaz.	☒ Sim	☐ Não	
A Organização demonstrou uma adequada implementação, manutenção e melhoria contínua do sistema de gestão e da sua eficácia.	☒ Sim	☐ Não	
ISO 9001: As exclusões são adequadas e justificadas. (7.3/7.5.2/7.6)	☒ Sim	☐ Não	☐ N/A
Foi verificado o uso conforme da Marca de Certificação da SGS.	☐ Sim	☐ Não	☒ N/A

Representante: Auditor Coordenador:

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição. Informa-se qualquer portador deste documento que a informação nele contida reflecte apenas as constatações da Companhia na altura da sua intervenção e dentro dos limites das instruções do Cliente, se existentes. A Companhia apenas é responsável perante o seu Cliente e este documento não exonera as partes envolvidas numa transacção de exercerem todos os seus direitos e obrigações à luz da documentação dessa transacção. Qualquer alteração não autorizada, adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as acções legais previstas.

6. Pistas de Auditoria Significativas

A Equipa Auditora conduziu o processo de auditoria, de acordo com o plano de auditoria, focando, por amostragem, requisitos/ aspectos/ riscos/ objectivos significativos requeridos pela(s) norma(s) de referência. Os métodos utilizados para a auditoria foram: entrevista; observação/ simulação das actividades; avaliação de recursos humanos, materiais e infraestruturas; e revisão de registos e documentação do sistema. A Equipa Auditora desenvolveu as seguintes pistas de auditoria, incluindo ligações entre processos e funções (e cujas evidências foram registadas em Listas de Verificação, arquivadas na SGS ICS):

Revisão do sistema de gestão.

Objectivos, indicadores de desempenho, e demais elementos de monitorização e medição dos processos e produtos/ serviços.

Avaliação da satisfação dos Clientes / Partes Interessadas.

Reclamações; Não-Conformidades; Auditorias internas; Acções correctivas; Acções preventivas.

Relatório de auditoria de 1ª fase, processos das licenças administrativas; Relatórios de actividades; Pedidos diversos; Contratos, encomendas a fornecedores, avaliação de fornecedores, registos de manutenção e informáticos.

Foi também auditado o armazém municipal anexo aos Paços do Concelho onde está armazenada o economato e para onde são efectuadas as cópias de segurança ao nível informático.

7. Evolução da Organização; evolução do sistema de gestão, e da sua eficácia

Evolução/ alterações da Organização:

N/A

Evolução/ pontos fortes do sistema de gestão:

Durante a execução da auditoria, foi perfeitamente perceptível o empenho dos elementos do executivo do Município e de todos os responsáveis contactados, que demonstraram conhecer o sistema implementado.

Evolução/ pontos fortes da eficácia do sistema de gestão:

N/A

Representante

Auditor Coordenador:

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição. Informa-se qualquer portador deste documento que a informação nele contida reflecte apenas as constatações da Companhia na altura da sua intervenção e dentro dos limites das instruções do Cliente, se existentes. A Companhia apenas é responsável perante o seu Cliente e este documento não exonera as partes envolvidas numa transacção de exercerem todos os seus direitos e obrigações à luz da documentação dessa transacção. Qualquer alteração não autorizada, adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as acções legais previstas.

8. Pedidos de Acção Correctiva (PAC)

A Organização deve:

1. Tratar os **Pedidos de Acção Correctiva (PAC)** abaixo formulados, analisando as suas **causas**, e empreendendo **acções de correcção / acções correctivas** adequadas, através do processo/ procedimento de acções correctivas do próprio sistema da Organização, de acordo com os requisitos para acções correctivas da(s) norma(s) de referência, incluindo as acções para prevenir a sua recorrência; e

2. Manter registos adequados que documentem a análise das **causas** e a implementação e a eficácia das **acções de correcção / acções correctivas** empreendidas.

3. Em relação à SGS ICS, responder aos **Pedidos de Acção Correctiva (PAC)**:

No caso de PAC Maiores:

A Organização deve, **de imediato**, iniciar acções adequadas; e deve, no prazo máximo de **30 dias**, enviar para a SGS ICS evidências das acções de correcção/ acções correctivas implementadas; estas serão objecto de análise e carecem de aceitação por parte da SGS ICS.

Será então avaliada, pela SGS ICS, a necessidade da realização de uma **Auditoria de Seguimento**, para verificação da implementação e eficácia das respectivas acções de correcção/ acções correctivas.

No caso de PAC menores:

A Organização deve, no prazo máximo de **30 dias**, enviar para a SGS ICS as acções propostas, e respectivos prazos; estas serão objecto de análise, e carecem de aceitação por parte da SGS ICS.

4. **NOTA:** Na próxima auditoria, a SGS ICS irá rever todos os PAC formulados, para confirmar que as correspondentes acções de correcção/ acções correctivas continuam a ser eficazes.

Pedido de Acção Correctiva		Nr: 1 de 8		☐ Maior ☒ Menor	
Norma	☒ ISO 9001	☐ ISO 14001	☐ OHSAS 18001	☐	☐
Requisito	4.2.3				
<p>Foi detectada a existência de um Plano de Fiscalização e relatórios de Fiscalização (decorrentes da emissão das licenças administrativas) para os quais não foi evidenciada nem a codificação nem o adequado controlo da sua emissão e distribuição de acordo com o procedimento de controlo documental estabelecido no Sistema de gestão da Qualidade.</p>					

Pedido de Acção Correctiva		Nr: 2 de 8		☐ Maior ☒ Menor	
Norma	☒ ISO 9001	☐ ISO 14001	☐ OHSAS 18001	☐	☐
Requisito	5.4.2				
<p>Apesar de ter sido evidenciado o planeamento da qualidade para a implementação das alterações decorrentes da aprovação da nova legislação que simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa "Licenciamento Zero" no que diz respeito às taxas e licenças constatou-se que as alterações aos regulamentos municipais de Actividades Diversas, Publicidade e Ocupação da Via pública previstas até final do mês de Março não foram realizados não havendo evidências de uma nova calendarização.</p>					
Representante:			Auditor Coordenador:		

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.html. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição. Informa-se qualquer portador deste documento que a informação nele contida reflecte apenas as constatações da Companhia na altura da sua intervenção e dentro dos limites das instruções do Cliente, se existentes. A Companhia apenas é responsável perante o seu Cliente e este documento não exonera as partes envolvidas numa transacção de exercerem todos os seus direitos e obrigações à luz da documentação dessa transacção. Qualquer alteração não autorizada, adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as acções legais previstas.

Pedido de Acção Correctiva		Nr: 3 de 8		☐ Maior ☒ Menor	
Norma	☒ ISO 9001	☐ ISO 14001	☐ OHSAS 18001	☐	☐
Requisito	5.5				
<p>Não foi evidenciada a nomeação e aceitação formal dos vários donos dos processos das responsabilidades estabelecidas no manual de gestão da Qualidade em função da inexistência de chefias intermédias no Município de Vila Flor.</p>					

Pedido de Acção Correctiva		Nr: 4 de 8		☐ Maior ☒ Menor	
Norma	☒ ISO 9001	☐ ISO 14001	☐ OHSAS 18001	☐	☐
Requisito	6.3				
<p>Não foi evidenciada a definição formal da política de acessos à informação informática existente no município.</p>					

Pedido de Acção Correctiva		Nr: 5 de 8		☐ Maior ☒ Menor	
Norma	☒ ISO 9001	☐ ISO 14001	☐ OHSAS 18001	☐	☐
Requisito	7.2/7.5				
<p>a) Foi constatado que a metodologia estabelecida para o acompanhamento dos prazos estabelecidos para a emissão das diversas licenças administrativas não assegura de forma sistemática o seu adequado cumprimento, alertando somente os intervenientes quando o prazo estabelecido já foi ultrapassado e não emite alertas quando corre o risco de ser ultrapassado (ex: pedido de licença (mercados e feiras) do município Paulo Rui Moutinho Ramos de 18/02/2013, NIPG 1429/13).</p> <p>b) Não foi evidenciada a definição de uma metodologia sistemática e expedita que assegure a adequada comunicação ao município da documentação necessária para o pedido de algumas licenças administrativas (ex: concessão terreno de cemitério).</p>					

Pedido de Acção Correctiva		Nr: 6 de 8		☐ Maior ☒ Menor	
Norma	☒ ISO 9001	☐ ISO 14001	☐ OHSAS 18001	☐	☐
Requisito	7.4				
<p>Não foi evidenciada a avaliação dos fornecedores Kónica Minolta e Medidata para o ano 2012 de acordo com a metodologia estabelecida documentalmente.</p>					

Representante:		Auditor Coordenador:
----------------	---	----------------------	---

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição. Informa-se qualquer portador deste documento que a informação nele contida reflecte apenas as constatações da Companhia na altura da sua intervenção e dentro dos limites das instruções do Cliente, se existentes. A Companhia apenas é responsável perante o seu Cliente e este documento não exonera as partes envolvidas numa transacção de exercerem todos os seus direitos e obrigações à luz da documentação dessa transacção. Qualquer alteração não autorizada, adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as acções legais previstas.

Pedido de Ação Corretiva		Nr: 7 de 8		☐ Maior ☒ Menor	
Norma	☒ ISO 9001	☐ ISO 14001	☐ OHSAS 18001	☐	☐
Requisito	8.2.4				
<p>No decurso da auditoria ao processo Licenças Administrativas e após a análise do Plano de Fiscalização dos licenciamentos Administrativos não foi evidenciada a existência dos respectivos relatórios de fiscalização de acordo com o previsto documentalmente.</p>					

Pedido de Ação Correctiva		Nr: 8 de 8		☐ Maior ☒ Menor	
Norma	☒ ISO 9001	☐ ISO 14001	☐ OHSAS 18001	☐	☐
Requisito	8.3				
<p>Foi analisado o pedido de licença (mercados e feiras) do munícipe Paulo Rui Moutinho Ramos de 18/02/2013, NIPG 1429/13, (fechado a 01/04/2013) para o qual a meta interna de 30 dias não foi cumprida, não tendo sido no entanto sido formalmente emitido o registo de Não conformidade, analisadas as causas e definidas as respectivas acções correctivas de acordo com o estabelecido documentalmente.</p>					

Representante:	Auditor Coordenador:
--	--

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as condições Gerais de Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição. Informa-se qualquer portador deste documento que a informação nele contida reflecte apenas as constatações da Companhia na altura da sua intervenção e dentro dos limites das instruções do Cliente, se existentes. A Companhia apenas é responsável perante o seu Cliente e este documento não exonera as partes envolvidas numa transacção de exercerem todos os seus direitos e obrigações à luz da documentação dessa transacção. Qualquer alteração não autorizada, adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as acções legais previstas.

9. Observações/ Oportunidades de Melhoria

A Organização deve:

1. Analisar as Observações abaixo formuladas através do processo/ procedimento de acções preventivas do próprio sistema de gestão, cumprindo os requisitos para acções preventivas da norma de referência; e
2. Manter registos adequados que documentem as análises realizadas e a implementação e a eficácia das acções empreendidas.

NOTA: As Observações são formuladas com o propósito de melhorar o sistema de gestão e a sua a eficácia; não carecem de resposta ou notificação por parte da Organização; e serão objecto de re-avaliação na próxima auditoria da SGS ICS.

OBS 1 [Requisito: 6.2]:

A organização deve avaliar do interesse em implementar as ferramentas informáticas já existentes de controlo da assiduidade dos seus colaboradores.

OBS 2 [Requisito: 6.2]:

A organização deve avaliar do interesse em reforçar a realização de acções de sensibilização ao nível interno, aos colaboradores dos recursos humanos, de forma a promover uma maior utilização da aplicação Medidata de Gestão do Pessoal.

OBS 3 [Requisito: 6.3]:

A organização deve avaliar do interesse em melhorar a definição do seu plano de acção do património adequando-o ao âmbito da certificação da autarquia e redefinindo o valor a partir do qual os bens devem ser inventariados.

Fim do Relatório.

Representante:

Auditor Coordenador:

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de Serviço disponíveis em http://www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Chama-se especial atenção às cláusulas referentes aos limites de responsabilidade, indemnização e jurisdição. Informa-se qualquer portador deste documento que a informação nele contida reflecte apenas as constatações da Companhia na altura da sua intervenção e dentro dos limites das instruções do Cliente, se existentes. A Companhia apenas é responsável perante o seu Cliente e este documento não exonera as partes envolvidas numa transacção de exercerem todos os seus direitos e obrigações à luz da documentação dessa transacção. Qualquer alteração não autorizada, adulteração ou falsificação do conteúdo ou aparência deste documento é ilegal e os transgressores poderão ser alvo de todas as acções legais previstas.